

Sumário

Capítulo 1 – Premissas da Teoria Geral do Processo

1.1	Conceito	17
1.2	Teoria geral do processo para todos os métodos de solução de conflitos	18
1.3	Direito e processo (direito material e processual – Objeto das normas processuais)	19
1.4	Evolução metodológica do processo	20
1.5	Escopos do processo	26
1.6	Procedimento em contraditório	29
1.7	Institutos bifrontes: teoria unitária e teoria dualista do direito	31
1.8	Institutos fundamentais do direito processual: jurisdição, ação, defesa, processo	33
1.9	Autotutela, autocomposição e heterocomposição	40
1.10	Tutela jurisdicional	46

Capítulo 2 – Mecanismos Alternativos de Solução dos Conflitos sem a Participação do Estado

2.1	Equivalentes jurisdicionais	51
2.2	Renúncia	52
2.3	Transação	53
2.4	Submissão	54
2.5	Desconstituição dos atos de disposição homologados em juízo	55
2.6	Mecanismos específicos para a solução alternativa dos conflitos	56
2.6.1	Conciliação	57
2.6.2	Mediação	58
2.6.3	Arbitragem	60

2.6.3.1	Poder jurisdicional na arbitragem: decisão imperativa sem sua imposição	62
2.6.3.2	Medidas de urgência	63
2.6.3.3	Medidas coercitivas	64
2.6.3.4	Execução da sentença arbitral	64

Capítulo 3 – Jurisdição

3.1	Conceito	66
3.2	Escopos	69
3.3	Princípios	70
3.3.1	Investidura	70
3.3.2	Aderência ao território	71
3.3.3	Indelegabilidade	73
3.3.4	Inafastabilidade	74
3.3.5	Inevitabilidade	77
3.3.6	Juiz natural e vedação de tribunais de exceção	78
3.3.7	Inércia jurisdicional	81
3.4	Características da jurisdição	83
3.4.1	Substitutividade	83
3.4.2	Lide	84
3.4.3	Inércia	86
3.4.4	Definitividade	87
3.5	Jurisdição no contexto das funções do Estado contemporâneo	88
3.5.1	Jurisdição e legislação	91
3.5.2	Jurisdição e Administração	94
3.5.3	Jurisdição e Poder Judiciário	97
3.5.4	Jurisdição e arbitragem	98
3.6	Espécies de jurisdição	99
3.6.1	Jurisdições penal e civil e seu relacionamento	99
3.6.2	Jurisdição especial ou comum	104
3.6.3	Jurisdição superior ou inferior	108
3.6.4	Jurisdição de direito ou equidade	110
3.7	Limites da jurisdição	112
3.7.1	Limites internacionais	112
3.7.2	Limites internos	114

3.8	Jurisdição voluntária	115
3.8.1	Conceito e características	116
3.8.2	Jurisdição voluntária em contraposição à contenciosa	119

Capítulo 4 – Poder Judiciário

4.1	Conceito	121
4.2	Funções do Poder Judiciário e função jurisdicional	121
4.3	Órgãos do Poder Judiciário	123
4.3.1	Supremo Tribunal Federal	124
4.3.2	Superior Tribunal de Justiça	125
4.3.3	Organização das justiças especiais: Justiça Eleitoral, Justiça Militar e Justiça do Trabalho	128
4.3.3.1	Organização da Justiça do Trabalho	129
4.3.3.2	Organização da Justiça Eleitoral	131
4.3.3.3	Organização da Justiça Militar	132
4.3.4	Organização da justiça comum estadual	134
4.3.5	Organização da justiça comum federal	136
4.3.6	Juizados Especiais	139
4.4	Organização judiciária	140
4.5	Divisão judiciária	142
4.6	Épocas para o trabalho forense	143
4.7	Órgãos não jurisdicionais: Conselho Nacional de Justiça, corregedorias e ouvidorias de justiça e escolas da magistratura	145

Capítulo 5 – Processo

5.1	Introdução e referência histórica	152
5.2	Conceito atual e classificações	153
5.3	Divisões	154
5.4	Processo e procedimento	155

Capítulo 6 – Sujeitos Essenciais à Distribuição da Justiça, Seus Direitos e Suas Garantias

6.1	Introdução	157
6.2	Personalidade e capacidade	158
6.2.1	Personalidade e capacidade no direito material	158
6.2.2	Capacidade no direito processual	159

6.2.3	Personalidade no direito processual (personalidade “judiciária”)	162
6.3	Advogado	165
6.4	Ministério Público	168
6.5	Defensoria Pública	175
6.6	Advocacia-Geral da União e procuradorias	176
6.7	Magistratura	178
6.8	Auxiliares permanentes e eventuais da justiça	182

Capítulo 7 – Princípios do Direito Processual

7.1	Considerações iniciais e classificação	186
7.2	Princípios, garantias e regras	189
7.3	Princípios e garantias constitucionais	191
7.3.1	Eficácia imediata das garantias constitucionais	192
7.3.2	Devido processo legal	192
7.3.3	Contraditório e ampla defesa	199
7.3.4	Inafastabilidade da tutela jurisdicional	204
7.3.5	Igualdade ou isonomia processual	208
7.3.6	Imparcialidade e independência do julgador, juiz natural e vedação aos tribunais de exceção	211
7.3.7	Publicidade dos atos processuais	214
7.3.8	Motivação das decisões	220
7.3.9	Prova lícita	223
7.3.10	Razoável duração do processo e celeridade	226
7.4	Princípios, garantias constitucionais e o conceito de processo justo	227
7.5	Garantias aplicáveis exclusivamente ao processo penal	229
7.6	Falsos princípios – Regras processuais	230
7.6.1	Iniciativa judicial na investigação das provas e princípio da verdade real	231
7.6.2	Persuasão racional (livre convencimento motivado)	234
7.6.3	Dispositivo	236
7.6.4	Oralidade	243
7.6.5	Proibição processual	247
7.6.6	Economia processual e instrumentalidade das formas	249
7.6.7	Duplo grau de jurisdição	250

Capítulo 8 – Direito Processual Constitucional

8.1	Constituição e processo civil	253
8.2	Direito processual constitucional	255
8.3	Convenções internacionais e seu valor no sistema jurídico brasileiro	259
8.4	Tutela constitucional do processo e liberdades públicas	262

Capítulo 9 – Crises Jurídicas e as Espécies de Tutela Jurisdicionais

9.1	Espécies de crise e tutela	264
9.1.1	Tutela meramente declaratória	267
9.1.2	Tutela constitutiva	269
9.1.3	Tutela condenatória	270
9.1.4	Tutela mandamental	271
9.1.5	Tutela executiva “lato sensu”	272
9.1.6	Tutela diferenciada	273
9.1.7	Tutela antecipada e tutela cautelar	275
9.1.8	Tutela da evidência	280
9.1.9	Tutela preventiva, inibitória e sancionatória	282

Capítulo 10 – Normas de Direito Processual

10.1	Introdução	284
10.2	Interpretação da lei processual	287
10.3	Eficácia da lei processual no tempo	289
10.4	Eficácia da lei processual no tempo e os direitos processuais adquiridos	292
10.5	Eficácia da lei processual no espaço	296

Capítulo 11 – Elementos Identificadores da Demanda

11.1	Introdução	298
11.2	Partes	300
11.2.1	Pluralidade de partes: litisconsórcio	302
11.2.2	Intervenção de terceiros	304
11.2.2.1	Assistência	305
11.2.2.2	Denúnciação da lide	307
11.2.2.3	Chamamento ao processo	309
11.2.2.4	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	309

11.2.2.5 “Amicus curiae”	310
11.3 Causa de pedir	312
11.4 Pedido	314

Capítulo 12 – Direito de Ação e Direito de Defesa

12.1 Introdução	318
12.2 Conceito	319
12.3 Teorias da ação (civilista, concretista, abstrativista, eclética)	322
12.4 Ações individuais e ações coletivas	326
12.5 Condições da ação	330
12.5.1 Legitimidade	333
12.5.2 Interesse processual ou interesse de agir	333
12.5.3 Possibilidade jurídica do pedido	336
12.5.4 Análise das condições da ação	339
12.6 Ação e defesa	340
12.7 Revelia e seus efeitos	342
12.8 Contraditório diferido ou postecipado (e sua excepcionalidade no sistema)	346
12.9 Classificação das defesas	347

Capítulo 13 – Atos Processuais e Teoria Geral dos Recursos

13.1 Introdução	352
13.2 Atos do juiz	353
13.2.1 Sentença	354
13.2.2 Decisão interlocutória	356
13.2.3 Despacho	357
13.2.4 Acórdão	358
13.2.5 Decisão monocrática no tribunal	358
13.3 Atos das partes no processo	359
13.3.1 Ônus processuais	362
13.3.2 Preclusão	364
13.4 Noções gerais sobre os meios de impugnação das decisões judiciais	365

<i>Bibliografia</i>	373
----------------------------------	------------